



## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA

Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630

Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978

E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com

CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**

**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

### CONTRATANTE (UASG)

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
– SAAE/VR – UASG 926687**

### OBJETO

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA  
ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE  
PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL DE BASES DE  
RESERVATÓRIO DE ÁGUA POTÁVEL**

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 8.707,69**

### DATA DA SESSÃO

**22/11/2024**

### HORÁRIO DA FASE DE LANCES

**Das 09h00min até 17h00min**

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**Menor preço global**

### REGIME DE EXECUÇÃO:

**Empreitada por preço global**

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

## Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA .....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA. ....	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	6
4. FASE DE LANCES.....	7
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	8
6. HABILITAÇÃO.....	11
7. CONTRATAÇÃO .....	12
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	13
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	15

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

Torna-se público que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda – SAAE/VR, por meio da Comissão Permanente de Licitação, realizará dispensa eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021 e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 22/11/2024**

**Horário da Fase de Lances:** Das 09h00min até 17h00min

**Link:** [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**Critério de Julgamento:** **menor preço global**

**Regime de execução:** **empreitada por preço global**

Telefone Suporte Compras.gov.br - 0800-9789001

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1 - O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL DE BASES DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA POTÁVEL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e seus ANEXOS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	<b>ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA OBRAS</b>  Resumo: <b>ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL PARA BASE DE 02 (DOIS) RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</b>  <b>PROJETO 1</b> <b>RESERVATÓRIO SANTO AGOSTINHO</b> <b>VOLUME: 206 M³</b> <b>DIÂMETRO: 3,82 M</b> <b>ALTURA: 18,00 M</b> <b>LOCAL: RUA VISTA ALEGRE, FRENTE AO N.º 110, BAIRRO SANTO AGOSTINHO</b> <b>DESENHO DE REFERÊNCIA: DV – 71214</b>	20060	SERV.	01	8.707,69	8.707,69

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

<b>PROJETO 2</b> <b>RESERVATÓRIO MIRANTE DO VALE</b> <b>VOLUME: 200 M³</b> <b>DIÂMETRO: 3,50 M</b> <b>ALTURA: 20,00 M</b> <b>LOCAL: RUA CARLOS SIMÕES, LOTE 4, QUADRA L, LOTEAMENTO MIRANTE DO VALE, BAIRRO JARDIM AMÁLIA.</b> <b>DESENHO DE REFERÊNCIA: DV – 71214</b>					
LOCAL DE EXECUÇÃO:	conforme subitem 5.2 do Termo de Referência.				
PRAZO DE EXECUÇÃO:	01 (um) mês, conforme subitem 1.3 do Termo de Referência.				

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.2.5. que não estejam legalmente estabelecidas e ou que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa; e

2.3. Será permitida a participação de **cooperativas**, conforme **subitem 4.4 do Termo de Referência**, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado conforme **Modelo de Proposta de Preços que integra o Anexo III** deste aviso, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

**5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, seguindo o modelo elaborado pela administração, bem como o detalhamento das**



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

**Bonificações Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.**

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

5.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e

5.4.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

5.5 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 5.4.2, 5.4.3, 5.4.4 e 5.4.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

5.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.7 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

5.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.7.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.7.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8 Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.9.1 conter vícios insanáveis;

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

5.9.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.9.3 apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.9.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.9.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.10 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.10.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.10.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.11 Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

**5.11.1 Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.**

5.11.1.1 Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.11.2 Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

5.11.2.1 O valor global estimado para a contratação.

5.11.2.2 Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.

5.11.3 serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.11.4 será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

5.12 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.15 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.16 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.17 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo a ser definido pelo agente de contratação, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.10.1. No caso de divergência entre a especificação e códigos CATMAT/CATSER contidos neste aviso, no Termo de Referência, e no Sistema Compras.gov.br – SIASG, prevalecerá a descrita nesse aviso ou no Termo de Referência, conforme caso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.12.1. ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;
- 9.12.2. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 9.12.3. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- 9.12.4. ANEXO IV – FORMULÁRIO PRESTADOR SERVIÇO COM RETENÇÃO DE INSS;
- 9.12.5. ANEXO V – MINUTA PARA TERMO DE CONTRATO (se houver);
- 9.12.6. ANEXO VI – DESENHO DV-71214;
- 9.12.7. ANEXO VII - RELATÓRIO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO N.º 0037/2024;
- 9.12.8. ANEXO VIII - RELATÓRIO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO N.º 0038/2024;
- 9.12.9. ANEXO IX - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- 9.12.10. ANEXO X – MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- 9.12.11. ANEXO XI – CRONOGRAMA FÍSICO;
- 9.12.12. ANEXO XII – QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI;
- 9.12.13. ANEXO XIII – MAPA DE RISCO;
- 9.12.14. ANEXO XIV – MATRIZ DE RISCOS

**AMANDA DA COSTA ALBUINI – MATR. 21083**  
**PRESIDENTE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.4 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.7 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.8 - No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.9 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 - Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

2.5.1 - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

2.5.2 - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

2.5.3 - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato, e

2.5.4 - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que a aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

2.5.5 - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

### **3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.1 - Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que habilite a empresa no ramo compatível à execução do objeto desta licitação, conforme inc. I, art. 67 da lei federal nº 14.133/2021 e suas alterações em plena validade.

Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do CREA-RJ, quando da assinatura do contrato;

3.2 - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

3.3 - Comprovação de capacidade técnico-profissional, demonstrada mediante comprovação pelo licitante de que possui em seu quadro pessoal, profissional com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância definidas para a contratação;

3.3.1 - A comprovação de que o profissional responsável de nível superior, detentor das Anotações de Responsabilidade Técnica mencionadas, integrará o quadro da contratada durante a vigência contratual será realizada mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Cópia da ficha de registro de empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, quando empregado;
- b) Cópia do Contrato Social devidamente registrado, quando diretor ou sócio da contratada;
- c) Cópia do Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
- d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, em observância ao disposto no inciso III do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133/21.

3.3.2 - O(s) profissional(ais) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

3.4 - Parcela de maior relevância técnica e de valor significativo deste termo de referência:

3.4.1 – Elaboração de projeto estrutural de bases e/ou fundações.

3.5 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

3.6 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.7 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.8 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

II - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

3.9 - Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

#### **4 – VISITA TÉCNICA**

4.1 - Atestado de Visita Técnica “opcional”, expedido pelo CONTRATANTE, comprovando a visita técnica “in loco” da empresa licitante, onde serão executados os serviços objeto desta licitação, que deverá ser previamente agendada junto à secretária da Gerência Técnica, pelo telefone (24) 3344-2960, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e que será realizada até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da licitação. A visita será monitorada por técnico designado pela Supervisão de Controle de Obras do SAAE/VR, que acompanhará a proponente, e as despesas decorrentes dessa visita ficarão a cargo dos licitantes.

4.1.1 – Ficam desde já as empresas cientes de que a não realização da vistoria implicará na aceitação tácita das exigências constantes no Termo de Referência, não sendo aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.


4.1.2 - As licitantes deverão fazer pesquisa minuciosa, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

 <p>Volta Redonda - RJ <b>saae</b></p>	<p><b>Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ</b> Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado CEP 27215-630 CNPJ: 32.504.706/0001.87 Atendimento Eletrônico: 115</p> <p>Tel.: 3344-2840 – 2960/61 <a href="http://www.saaevr.com.br">www.saaevr.com.br</a></p>
<p><b>GERÊNCIA TÉCNICA</b></p>	
<p><b>TERMO DE REFERÊNCIA</b> <b>Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021</b> <b>SERVIÇO DE ENGENHARIA</b> Solicitação de Compras e Serviços n.º 56948/2024</p>	
<p><b>1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO</b></p>	
<p><b>1.1</b> - Contratação de pessoa física ou jurídica especializada em engenharia para a elaboração de projeto executivo estrutural de bases de reservatório de água potável que serão instalados no município.</p> <p><b>1.2</b> - O objeto desta contratação é caracterizado como SERVIÇO DE ENGENHARIA.</p> <p><b>1.3</b> - O prazo de execução é de 01 (um) mês, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, acrescido de 03 (três) meses de vigência do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p><b>1.4</b> - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.</p>	
<p><b>2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b></p>	
<p><b>2.1</b> – Nos locais mencionados serão instalados reservatórios de água potável, cujas capacidades volumétricas requerem que suas bases sejam dimensionadas para suportarem os pesos dos mesmos cheios, de forma a garantir a durabilidade e segurança destes equipamentos.</p> <p><b>2.2</b> - Evitar problemas estruturais, desmoronamentos e até mesmo gastos de obra desnecessários.</p> <p><b>2.3</b> - A Autarquia ainda não possui o Plano de Contratações Anual (PCA) detalhado, porém a mesma encontra-se prevista no PPA 2022-2025.</p>	
<p><b>3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO</b></p>	
<p>A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.</p>	

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado  
CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87  
Atendimento Eletrônico: 115  
Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
[www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1 - Sustentabilidade**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.2 - Subcontratação**

Não será admitida subcontratação para o serviço em questão.

**4.3 - Consórcio**

É admitida a participação de consórcio, desde que atendidas as determinações contidas no Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.4 - Cooperativa**

**4.4.1** Será admitida a participação de cooperativa de trabalho na licitação, quando estiver caracterizada as seguintes condições:

**4.4.1.1** A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

**4.4.1.2** A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

**4.4.1.3** Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

**4.4.1.4** O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**4.4.2** Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

**4.4.2.1** Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

**4.4.2.2** Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

**5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1 - Condições de execução**


A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1 - Início da execução do objeto**

A partir da emissão da ordem de serviço;

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

 <p>Volta Redonda - RJ <b>saae</b></p>	<p><b>Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ</b> Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado CEP 27215-630 CNPJ: 32.504.706/0001.87 Atendimento Eletrônico: 115</p>	<p><b>Volta Redonda - RJ</b> CEP 27215-630 Tel.: 3344-2840 – 2960/61 <a href="http://www.saaevr.com.br">www.saaevr.com.br</a></p>
---	---	---

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**5.2 - Locais de avaliação para a elaboração dos projetos**

**5.2.1** – Os projetos executivos estruturais serão elaborados para atenderem a reservatórios de água potável a serem instalados nos seguintes endereços:

**5.2.1.1** – Reservatório de água potável a ser instalado na Rua Vista Alegre, em frente ao n. 10, no bairro Santo Agostinho, com as seguintes características:

- Material: aço carbono;
- Tipo: cilíndrico apoiado;
- Volume: 206 m³;
- Diâmetro: 3,82 m;
- Altura: 18,00 m.

**5.2.1.2** – Reservatório de água potável a ser instalado na Rua Carlos Simões, lote n. 04, quadra L, loteamento Mirante do Vale, no bairro Jardim Amália, com as seguintes características:

- Material: aço carbono;
- Tipo: cilíndrico apoiado;
- Volume: 200 m³;
- Diâmetro: 3,50 m;
- Altura: 20,00 m.

**5.3 - Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

A demanda do órgão tem como base a seguinte característica:

**5.3.1** – Elaboração de projeto executivo estrutural para base de reservatório.

**5.4 - Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**5.5 - Procedimentos de transição e finalização do contrato**

Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

**5.5.1** – Após a finalização dos serviços, a CONTRATANTE encaminhará ao SAAE/VR os projetos em meio físico (papel formato A-1) e digital (formato DWG);

**5.5.2** – A contratante deverá providenciar as suas expensas o pagamento da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela elaboração dos projetos.


**6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

 <p>Volta Redonda - RJ <b>saae</b></p>	<p><b>Serviço Autônomo de Água e Esgoto de</b></p> <p>Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado</p> <p>CNPJ: 32.504.706/0001.87</p> <p>Atendimento Eletrônico: 115</p>	<p><b>Volta Redonda - RJ</b></p> <p>CEP 27215-630</p> <p>Tel.: 3344:2840 – 2960/61</p> <p><a href="http://www.saaevr.com.br">www.saaevr.com.br</a></p>
<p><b>GERÊNCIA TÉCNICA</b></p>		
<p><b>6.2</b> - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.</p> <p><b>6.3</b> - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.</p> <p><b>6.4</b> - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.</p> <p><b>6.5</b> - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.</p> <p><b>Preposto</b></p> <p><b>6.6</b> - A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.</p> <p><b>6.6.1</b> - A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.</p> <p><b>Fiscalização</b></p> <p><b>6.7</b> - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato e fiscal técnico, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).</p> <p><b>Fiscalização Técnica</b></p> <p><b>6.8</b> - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024);</p> <p><b>6.8.1</b> - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024);</p> <p><b>6.8.2</b> - Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024);</p>		

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado  
CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87  
Atendimento Eletrônico: 115  
Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
[www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**6.8.3** - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024);

**6.8.4** - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024);

**6.8.5** - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024).

**Fiscalização Administrativa**

**6.9** - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024).

**6.9.1** - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024).

**Gestor do Contrato**

**6.10** - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024).

**6.10.1** - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024).

**6.10.2** - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024).

**6.10.3** - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024).



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado  
CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87  
Atendimento Eletrônico: 115  
Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
[www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**6.10.4** - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1** - A medição será processada após a finalização dos serviços.

**7.2** - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.2.1** - Não produzir os resultados acordados,

**7.2.2** - Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

**7.3** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a correção monetária.

**8 – RECEBIMENTO**

**8.1** - O objeto do contrato será recebido:

**8.1.1 - Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente no prazo de até 90 (noventa) dias, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

**8.1.1.1** - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Municipal nº 18.255, de 15/02/2024).

**8.1.1.2** - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**8.1.1.3** - Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**8.1.1.4** - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado  
CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87  
Atendimento Eletrônico: 115  
Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
[www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**8.1.1.5** - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**8.2** - O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**9 – LIQUIDAÇÃO**

**9.1** - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

**9.2** - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**9.3** - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.4** - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**9.4.1** - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.4.2** - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.4.3** - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87 Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
Atendimento Eletrônico: 115 [www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**9.4.4** - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**10 - PRAZO DE PAGAMENTO**

**10.1** - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de liberação dos recursos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal e demais documentos exigidos pelo setor financeiro da Autarquia.

**11 - FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**11.2** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.3** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.3.1** - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**11.3.2** - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**12 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**12.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA ou DISPENSA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

**12.2 - Regime de execução**

O regime de execução do contrato será de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

**12.3 - Critérios de aceitabilidade de preços**

Como critério de aceitabilidade de preços será considerado como valor total máximo e os preços unitários por item, conforme planilha apensada.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado  
CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87  
Atendimento Eletrônico: 115  
Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
[www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**12.3.1** - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

**13 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**13.1** – A licitante deverá apresentar Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que habilite a empresa no ramo compatível à execução do objeto desta licitação, conforme inc. I, art. 67 da lei federal nº 14.133/2021 e suas alterações em plena validade.

Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do CREA-RJ, quando da assinatura do contrato;

**13.2** - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**13.3** - Comprovação de capacidade técnico-profissional, demonstrada mediante comprovação pelo licitante de que possui em seu quadro pessoal, profissional com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente reconhecido pelo CREA ou CAU, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância definidas para a contratação;

**13.3.1**- A comprovação de que o profissional responsável de nível superior, detentor das Anotações de Responsabilidade Técnica mencionadas, integrará o quadro da contratada durante a vigência contratual será realizada mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Cópia da ficha de registro de empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, quando empregado;
- b) Cópia do Contrato Social devidamente registrado, quando diretor ou sócio da contratada;
- c) Cópia do Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
- d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, em observância ao disposto no inciso III do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133/21.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado  
CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87  
Atendimento Eletrônico: 115  
Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
[www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**13.4.2** - O(s) profissional(ais) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**13.5** - Parcela de maior relevância técnica e de valor significativo deste termo de referência:

**13.5.1** – Elaboração de projeto estrutural de bases e ou/ fundações.

**13.6** - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**13.7** - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**13.8** - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

**13.9** - Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**14 – VISITA TÉCNICA**

**14.1** - Atestado de Visita Técnica "opcional", expedido pelo CONTRATANTE, comprovando a visita técnica "in loco" da empresa licitante, onde serão executados os serviços objeto desta licitação, que deverá ser previamente agendada junto à secretária da Gerência Técnica, pelo telefone (24) 3344-2960, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e que será realizada até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da licitação. A visita será monitorada por técnico designado pela Supervisão de Controle de Obras do SAAE/VR, que acompanhará a proponente, e as despesas decorrentes dessa visita ficarão a cargo dos licitantes.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado  
CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87  
Atendimento Eletrônico: 115  
Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
[www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**GERÊNCIA TÉCNICA**

**14.1.1** – Ficam desde já as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará na aceitação tácita das exigências constantes neste termo de referência, não sendo aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

**14.1.2** -As licitantes deverão fazer pesquisa minuciosa, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

**15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.707,69 (Oito mil setecentos e sete reais e sessenta e nove centavos).

Valores conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária em anexo.

**16 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**16.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do SAAE/VR.

**16.2** - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**17. - REAJUSTE DE PREÇOS**

Os preços são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses de vigência do contrato;

**17.1** - Após esse período, o reajustamento será concedido a partir do 13º (décimo terceiro) pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC – DI- FGV, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), conforme fórmula abaixo:

$R = P_i \times (I_i / I_o)$  onde:

R = valor do Reajustamento;

P<sub>i</sub> = Preço Inicial do serviço a ser reajustado;

I<sub>i</sub> = Índice Nacional da Construção Civil–INCC–DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no 13º mês, contados da data da assinatura do contrato;

I<sub>o</sub> = Índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FVG, referente ao mês da apresentação da proposta.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda - RJ**  
Av. Lucas Evangelista, 643, Aterrado  
CEP 27215-630  
CNPJ: 32.504.706/0001.87  
Atendimento Eletrônico: 115  
Tel.: 3344:2840 – 2960/61  
[www.saaevr.com.br](http://www.saaevr.com.br)

**18 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1** - Deverão ser obedecidos os requisitos das normas da ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS;


**18.2** - A prestação dos serviços contratados deverá ocorrer com a obediência às presentes especificações, seus anexos e demais detalhes técnicos e instruções fornecidas pelo CONTRATANTE no curso das mesmas;

**18.3** - Todo o pessoal envolvido na prestação dos serviços contratados, objeto deste termo de referência será de total responsabilidade da contratada, inclusive obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas, eximindo a contratante de quaisquer ônus;

**18.4** - A contratada será inteiramente responsável perante a justiça civil, criminal e trabalhista por acidentes envolvendo o seu pessoal e/ou danos a terceiros, sem quaisquer ônus para a contratante;

**18.5** – Fazem parte deste Termo de Referência o desenho DV-71214, relatórios de sondagens à percussão n. 0037/24 e 0038/24, planilhas orçamentárias com e sem preços, memória de cálculo da planilha orçamentária, cronograma físico, quadro de composição do BDI, mapa de riscos e matriz de riscos. A curva ABC não é aplicável para este tipo de contratação.

Volta Redonda, 03 de outubro de 2024.

  
**Eng. Érico Vinícius de Souza Reis**  
Divisão de Engenharia/GTE/SAAE-VR  
Mat. 20222

  
**Eng.º Sérgio Meira Silva**  
Gerente Técnico – SAAE/VR  
Mat. 4847



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

A firma abaixo se propõe a executar o objeto desta contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo II do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90077/2024, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Firma Proponente \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual \_\_\_\_\_ Insc. Munic. \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	<p><b>ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA OBRAS</b></p> <p><b>Resumo: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL PARA BASE DE 02 (DOIS) RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</b></p> <p><b>PROJETO 1</b> <b>RESERVATÓRIO SANTO AGOSTINHO</b> <b>VOLUME: 206 M³</b> <b>DIÂMETRO: 3,82 M</b> <b>ALTURA: 18,00 M</b> <b>LOCAL: RUA VISTA ALEGRE, FRENTE AO N.º 110, BAIRRO SANTO AGOSTINHO</b> <b>DESENHO DE REFERÊNCIA: DV – 71214</b></p> <p><b>PROJETO 2</b> <b>RESERVATÓRIO MIRANTE DO VALE</b> <b>VOLUME: 200 M³</b> <b>DIÂMETRO: 3,50 M</b> <b>ALTURA: 20,00 M</b> <b>LOCAL: RUA CARLOS SIMÕES, LOTE 4, QUADRA L, LOTEAMENTO MIRANTE DO VALE, BAIRRO JARDIM AMÁLIA.</b> <b>DESENHO DE REFERÊNCIA: DV – 71214</b></p>	Serv.	01		

1.1 – O preço total ofertado é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

1.2 - O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90077/2024**.

**2 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

2.1 – O prazo de **execução do serviço** será de 01 (um) mês, conforme o estabelecido no **subitem 1.3** do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90077/2024**.

**3 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

3.1 - A execução do objeto dar-se-á na forma estabelecida no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90077/2024**.

**4 - DA VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

4.1. O prazo de vigência da contratação será de **01 (um) mês**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, **acrescido de 03 (três) meses de vigência do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme **subitem 1.3** do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste **edital**.

**5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 - O **SAAE-VR** efetuará o pagamento mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA** até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, e recebimento definitivo descrito no Termo de Referência, verificado o recebimento do objeto contratual respectivo e cumpridas às formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas neste **CONTRATO** e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei nº 14.133/21.

**6 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

6.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de **60 (sessenta) dias**, contados da data limite para apresentação das propostas, observado o disposto no caput e parágrafo único do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

7.1 - As **PARTES CONTRATANTES** declaram-se sujeitas às cláusulas e condições desta **PROPOSTA** e do **TERMO DE REFERÊNCIA** que originou esta contratação, às regulamentações aplicáveis à espécie e, em especial, a Lei nº 14.133/21 - Normas Gerais

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**

**MINUTA**

de Licitação e Contratação Pública, Lei Complementar nº 123/2026 e as Instruções Normativas SEGES/ME nºs 65/2021 e 67/2021.

**8 - DADOS BANCÁRIOS:**

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Cidade, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

---

PROPOSTA COMERCIAL  
assinar

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90077/2024**  
**SCS 056948 – PROC. ADMINISTRATIVO Nº VR-30.061-00000005/2024**
**MINUTA**
**ANEXO IV – FORMULÁRIO DE PRESTADOR DE SERVIÇO COM RETENÇÃO DE INSS (quando houver)**

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS			
RAZÃO SOCIAL:		TELEFONE:	
CNPJ:			
ENDEREÇO:			
FORMULÁRIO DE PRESTADOR DE SERVIÇO COM RETENÇÃO DE INSS			
Nro	Itens de Obra ( 1 a 4 ):	Anexado ?	
1	Cadastro / Comprovante de CNO	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
2	Tipo de empreitada para obra de construção civil	<input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Total	
3	Reforma de pequeno valor, aquela de responsabilidade de pessoa jurídica que tenha escrituração contábil regular, em que não há alteração de área construída e cujo custo estimado total, incluídos material e mão de obra, não ultrapasse o valor de 20 (vinte) vezes o limite máximo do salário de contribuição vigente na data de início da obra.	Obra de pequeno valor ? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
4	Prestador de serviço é Contribuinte do CPRB (Contribuição Previdenciária da Receita Bruta) ?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
5	Tipo de Serviço ( 5 ):	Marcar abaixo com um "X"	
	Acabamento Acondicionamento Cobrança Coleta ou reciclagem de lixo ou de resíduos Construção Civil Copa Corte ou ligação de serviços públicos Digitação Distribuição Embalagem Entrega de contas e de documentos Hotelaria Leitura de medidores Ligação de medidores Limpeza, conservação ou zeladoria Manut. de instalações, máquinas ou equipam. Montagem Operação de máquinas, equip. e de veículos Operação de pedágio ou de terminal de transp. Operação de transporte de passageiros Portaria, recepção ou ascensorista Preparação de dados p/ processamento Promoção de vendas ou de eventos Recepção, triagem ou movimentação de materiais Saúde Secretaria e expediente Serviços de natureza rural Telefonia ou telemarketing Trabalho temporário na forma da lei nº 6019/74 Treinamento e ensino Vigilância ou segurança	<input type="checkbox"/> Administrativo <input type="checkbox"/> Judicial	
	6	Processo relacionado a não retenção da contribuição previdenciária ?	Nº processo: Cód. de suspensão:

Assinatura :

Representante da empresa



1 - Deverá ser encaminhado juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica o **FORMULÁRIO DE PRESTADOR DE SERVIÇO COM RETENÇÃO DE INSS**, devidamente preenchido e assinado, acompanhado quando for o caso do documento de comprovação do CNO em atendimento ao ITEM 1 e documento constando o cabeçalho do processo, onde constar os dados solicitados no ITEM 6 do formulário.

2 - A inscrição no CNO deverá ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do início da obra, conforme art. 18 da IN RFB n.º 2061/2021 e ao final da prestação do serviço deverá ser apresentado o termo de encerramento do CNO.